

**Lei nº 713/2025.**

Ementa: Dispõe sobre a regulamentação da redução da jornada de trabalho do servidor municipal legalmente responsável por pessoa com deficiência em condição de excepcionalidade e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS, ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e Estadual, e ainda na Lei Orgânica Municipal em seu artigo 68, inciso V,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Brejo da Madre de Deus, APROVOU E EU SANCIONO, a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica assegurado ao servidor público municipal que seja legalmente responsável por pessoa com deficiência em condição de excepcionalidade o direito à redução de sua jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração, desde que comprovada a necessidade, mediante análise da documentação apresentada à Secretaria Municipal de Administração.

**§1º** A redução poderá ser de até 50% da carga horária semanal habitual a ser distribuída nos dias úteis de expediente.

**§2º** No caso de dois servidores públicos serem responsáveis pelo mesmo dependente, o benefício será concedido a apenas um deles, salvo se houver mais de um dependente com necessidade excepcional, hipótese em que ambos poderão ser contemplados proporcionalmente.

**Art. 2º** - A concessão da redução da jornada dependerá de requerimento formal dirigido ao titular do órgão de lotação do servidor, acompanhado de:

- I** - certidão de nascimento, termo de tutela ou curatela, conforme o caso;
- II** - atestado médico que comprove a condição de excepcionalidade do dependente;





**III** –declaração do servidor, de próprio punho ou assinada digitalmente, informando a necessidade de afastamento de suas atividades laborais para acompanhamento do dependente, com a especificação dos dias, horários e justificativa das atividades que demandam sua presença;

**IV** – parecer técnico emitido por assistente social da Secretaria Municipal de Saúde, atestando a necessidade do acompanhamento direto do dependente pelo servidor requerente.

**§1º** A Secretaria Municipal de Administração poderá, quando necessário, solicitar complementação de documentos ou informações para subsidiar a decisão administrativa.

**§2º** O percentual de redução da jornada será definido conforme o grau de dependência e a necessidade de acompanhamento do dependente, com base na documentação apresentada e no parecer técnico referido neste artigo.

**Art. 3º** - A concessão será válida por 01 (um) ano, podendo ser renovada por iguais períodos, desde que mantidos os requisitos e mediante nova avaliação médica.

**Art. 4º** - A redução da jornada não será concedida ao servidor que:

**I** - esteja submetido a jornada igual ou inferior a 20 (vinte) horas semanais;

**II** - possua penalidade disciplinar vigente;

**III** - ocupe cargo de natureza política ou cargo em comissão;

**IV** - possua contrato de trabalho temporário.

**Art. 5º** – Fica revogado o art. 110 da Lei Municipal nº 018/1993.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**Art. 7º** – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de novembro de 2025.

ROBERTO ABRAHAM ABRAHAMIAN  
ASFORA:16511670449

Assinado de forma digital por ROBERTO  
ABRAHAM ABRAHAMIAN  
ASFORA:16511670449

**ROBERTO ABRAHAM ABRAHAMIAN ASFORA**  
*Prefeito do Município de Brejo da Madre de Deus*